

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

DISCURSOS MÉDICOS SOBRE HPV NO YOUTUBE

Antonio Marcos Pereira Brota, Instituto Gonçalo Moniz – FIOCRUZ/Bahia, Brasil, ORCID: 0000-0001-8438-2445, ambrotas@gmail.com

Carmen Lúcia Costa Brotas, Universidade Federal da Bahia, Brasil, ORCID: 0009-0003-2687-7644, Brasil, cbrotas26@gmail.com

Eixo: Impactos Sociais

1 Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) divulgaram, em julho de 2025, dados que revelam que o Brasil, que tinha deixado, em 2023, a lista dos países com mais crianças não vacinadas, voltou, em 2024, a figurar na relação daqueles que atingiram índices de imunização preocupantes. Assim, um ano após ser retirado da referida lista, o Brasil passou a ocupar a 17ª posição no ranking dos países com menores indicadores de vacinação.

De acordo com o documento publicado pela ONU e pela Unicef constituem fatores associados à queda na adesão à vacina: a) barreiras de acesso – relacionadas às regiões que não contam com adequada infraestrutura, bem assim com falta de transporte que conduza os cidadãos aos postos de saúde, b) a interrupção no fornecimento – atrasos relativos à logística de distribuição dos imunizantes; c) desinformação – campanhas antivacina centradas na difusão de conteúdos negacionistas; e d) limitação de recursos.

Ainda segundo as mencionadas entidades, no mundo, 14,3 milhões de crianças estão em situação de vulnerabilidade em relação à doenças que podem ou poderiam ser prevenidas, sendo que 5,7 milhões delas tem apenas proteção parcial. Ademais, os dados divulgados evidenciam que, em 2024, nenhuma das 17 vacinas monitoradas

alcançou cobertura de 90% ou mais no mundo.

Este quadro atinge, portanto, todos os tipos de imunizantes disponibilizados pela ciência. Dentre eles está aquele relativo ao Papiloma Vírus Humano (HPV), que, apesar de constituir forma de prevenção contra grave doença – o câncer, também demanda preocupação. É importante registrar que a vacina do HPV previne câncer do colo do útero, garganta, pescoço, boca, vagina, pênis, boca, língua, ânus.

Neste sentido, cabe destacar que, no Brasil, o câncer de colo do útero é o terceiro de maior incidência entre as mulheres, sendo estimado que, entre 2023 e 2025, os registros atigirão o patamar de 17.010 novos casos. (INCA, 2022). Um dos causadores desta enfermidade é o vírus HPV, para o qual existe imunizante tetra e nonavalente.

A vacina contra o HPV, que é uma das principais formas de prevenção contra estes tipos de câncer, foi inserida no Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Sistema Único de Saúde (SUS), em 2014, voltada para meninas de 11 a 13 anos, com inclusão das meninas de 14 anos, no ano seguinte. Em 2017, os meninos de 11 a 14 anos e as meninas de 09 a 14 anos passaram a ser destinatárias das campanhas governamentais (Moura, Codeco, Luz, 2021 p2).

A despeito da distribuição gratuita no Brasil, o Ministério da Saúde tem noticiado a redução da cobertura vacinal relacionada ao HPV. No

período de 2019 a 2022, segundo dados do dito órgão brasileiro, houve decréscimo dos índices de vacinação entre o público feminino, o qual passou de 92,44% em 2019 para 78,38% em 2022. Importa registrar que, no referido intertício, os titulares dos cargos governamentais brasileiros, que eram adeptos do negacionismo científico, publicamente, refutavam a eficiência das vacinas e a necessidade de imunização.

No intervalo entre 2023 e 2025, sob o comando de novo governo, o qual, adere a concepção acerca da necessária imunização e da adoção das recomendações advindas da ciência, houve, no Brasil, certa recuperação, atingindo-se em 2023 o patamar de 80,92%, em 2024 o índice de 82,77% e, em 2025, a cobertura vacinal contra o HPV está em 75,62%. Assim, é possível verificar melhora dos indicadores, porém ainda distante do desempenho alcançado em 2019.

O desempenho da imunização de HPV no referido público, no lapso temporal de 2023 a 2025, foi incrementado passando, em 2023 para 80,92%, 2024 – 82,77% e em 2025 está em 75,62%.

Por outro lado, é importante destacar que, com o progresso tecnológico emergiu as redes sociais digitais utilizadas de forma rápida e comoda para diversas finalidades, dentre as quais está a de acessar conteúdos atinentes à diversas temáticas, dentre as quais estão as enfermidades e as vacinas. Em outros termos, as redes sociais digitais tornaram-se fontes de informação amplamente usada na contemporaneidade.

A comunicação e a informação em saúde são estratégias para que sejam alcançadas metas adequadas de cobertura vacinal, ampliando o consenso social sobre a eficácia e a necessidade desta política pública para mitigar a hesitação vacinal. Como um fenômeno de natureza complexa, a hesitação vacinal tem perspectivas multifatoriais, envolvendo elementos de ordem social, cultural, política e pessoal, que agem de forma isolada ou articulada, através de crenças, atitudes e comportamentos, que motivam a recusa, atraso ou aceitação relutante da vacina. Neste cenário, em que a hesitação

vacinal não está circunscrita ao déficit cognitivo, os indivíduos tendem a buscar esquemas alternativos, mesmo quando o imunizante está disponível nos serviços públicos de saúde (Dubé, et al, 2013).

Atingir vacinação acima de 80%, é importante para garantir proteção individual e coletiva. Apesar de a cobertura vacinal, no caso do HPV, ser atingida na primeira dose, alcançar a meta, na segunda dose, é um problema enfrentado pelos gestores de saúde, principalmente quando destacada a heterogeneidade espacial, que mostram os adolescentes de áreas suburbanas e rurais como mais vulneráveis (Moura, Codeco; Luz, 2012 p 7). Os movimentos que estimulam a hesitação vacinal assim como os esforços para retomar as altas coberturas ganharam novos atores, na sociedade contemporânea, principalmente com a midiáticação das relações sociais. Este processo de inovações, impulsionados pela Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), modifica e acelera as lógicas de produção, disseminação, circulação, recepção e consumo de informações e criam um ambiente favorável para espalhamento de conteúdos falsos, imprecisos e distorcidos sobre vacina e vacinação (Larson, 2011), mas permite também o contato mais próximo dos usuários do SUS com os profissionais de saúde (Ventola, 2014).

É importante ressaltar o papel das redes sociais digitais no processo que busca a conscientização acerca da eficácia da vacinação contra HPV. Os médicos, que tradicionalmente detêm discurso com potencial de engajar os indivíduos, passam a figurar como interlocutores de mensagens acerca do HPV nos espaços virtuais. Necessário que, estes interlocutores, que já detem legitimidade social, possam utilizar estes ambientes virtuais para disseminar informação íntegra para promoção do direito à saúde.

A Organização das Nações Unidas (ONU) enfatiza que a corrupção informacional, ao atingir a integridade da informação, pode gerar impactos negativos para a implementação de todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável –ODS, que são

metas globais instituídas por aquela entidade como parâmetros para a construção de políticas públicas para a humanidade. Eles compõem a Agenda 2030 que é um plano que visa implementar os ODS até o ano de 2030 com intuito de promover vida digna para todos (ONU, 2023, p. 13). Assim sendo, se a confusão informacional causada pela desinformação e discurso de ódio tem este potencial, por perspectiva contrária, a difusão de informação íntegra pode contribuir para a efetivação das referida metas, notadamente aquela de número 3 – Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, o qual tem especial relação com a temática tratada neste trabalho.

A pergunta que norteia este trabalho é a seguinte: como os atores médicos abordam as questões relacionadas ao HPV (doenças causadas, eficácia da vacina, tratamentos etc.), nas redes sociais digitais? Pretendeu-se, com a busca desta resposta, atender ao objetivo geral firmado para este estudo que foi definido em identificar como os médicos atuaram, no YouTube, no período de 2020 a 2022, no que concerne aos temas referentes ao HPV e a vacina disponível para este vírus. São objetivos específicos: a) levantar e categorizar os discursos de médicos acerca do HPV; b) perfilar os interlocutores médicos que proferiram os discursos relativos ao HPV. A despeito da existência de produção acadêmica sobre os discursos acerca da vacina e da vacinação, este trabalho tem o diferencial de identificar como os médicos abordam as questões relacionadas ao HPV, bem assim quais as características destes discursos. Esta vertente investigativa, portanto, evidencia-se inovadora na medida em que, a partir do entendimento acerca das narrativas veiculadas nas redes sociais, aponta para o seu uso no enfrentamento à desinformação, à difusão de informação íntegra acerca da

vacina contra o HPV e, em consequência, a promoção do direito à saúde.

2 Referencial Teórico

O HPV (papilomavirus humano) é transmissível por via sexual, infectando homens e mulheres e com maior ocorrência entre os jovens sexualmente ativos. Ele afeta a pele e as mucosas, causando verrugas genitais, lesões e câncer (Costa, 2022, p. 6393). A infecção pelo HPV é indicada como a doença sexualmente transmissível com maior predominância no mundo, sendo reconhecida como importante problema de saúde pública. Das mais de 200 espécies de vírus identificados, os HPV-6 e HPV-11 são apontados como associados aos condilomas genitais, sendo que os tipos 16 e 18 estão em 70% dos cânceres de colo de útero. Eles estão presentes também em cânceres como orofaringe, vagina, ânus e pênis. Há estimativa de que cerca de 600 milhões de pessoas, no mundo, estejam infectadas pelo HPV e que 80% da população sexualmente ativa já tenha tido contato com ele em algum momento da vida (Cardial et al; 2017).

No Brasil, em 2014, foi implantada, no Programa Nacional de Imunização (PNI) do Sistema Único de Saúde (SUS)¹, como estratégia de saúde pública para reforçar a prevenção do câncer de colo de útero - a vacina contra o HPV. A partir dos avanços científicos e do advento da vacina HPV tetravalente, o SUS passou a disponibilizar este imunizante para meninas e meninos (Costa, 2022, p. 6394).

Ocorre que a cobertura vacinal contra HPV, de acordo com dados do SUS, teve redução no período de 2019 a 2022. Entre as meninas que, em 2019, era de 87,08% decresceu para 75,81% em 2022, enquanto entre os meninos,

universalidade – acesso para todos os níveis de assistência, integralidade, igualdade da assistência, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie. No que se refere às vacinas, o SUS disponibiliza, gratuitamente, os imunizantes para prevenção de diversas doenças.

¹ A Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, delineou as diretrizes do Sistema Único de Saúde no Brasil, estabelecendo o conjunto de ações e serviços de saúde a serem prestados pelos órgãos e instituições federais, estaduais e municipais. Dentre os princípios que amparam o SUS estão a

no mesmo período, passou de 61,55% para 52,16%.

Com intuito de restabelecer a cobertura vacinal, os Ministérios da Saúde e da Educação do Brasil, em 2025, no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), estruturaram estratégias relativas à imunização nas unidades educacionais. O objetivo centrou-se em disponibilizar as vacinas adequadas para cada idade: para crianças menores de cinco anos, do ensino infantil, os imunizantes contra febre amarela, tríplice viral e tríplice bacteriana, e para maiores de cinco anos e menores de quinze anos a contra febre amarela, tríplice viral e tríplice bacteriana, meningite e HPV.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde do Brasil, em 16 de julho de 2025, com o PSE, foram aplicadas mais de um milhão de doses de vacinas nas escolas de 4,1 mil municípios. Assim, ainda segundo o referido órgão, em abril de 2025, foram registradas 212,1 mil doses aplicadas em crianças e adolescentes, o que representa dez vezes mais imunizações do que o ano anterior, quando atingiu-se 20,6 mil. Em maio de 2025, os índices indicam que houve 583,7 mil doses aplicadas, sendo mais de 25 vezes em relação ao março de 2025.

Durante a pandemia da Covid-19, por exemplo, a estimativa é de que as vacinas tenham evitado a morte de 19.8 milhões de pessoas, em apenas um ano, em 185 países (Watson, O et al, 2022). Outro estudo britânico estimou que, no período de 2000 a 2019, cerca de 37 milhões de vidas foram salvas pela adoção das vacinas nas políticas de saúde pública (Li, X. et al, 2021).

A vacina contra o HPV constitui forma eficaz de prevenção de vários tipos de câncer. Três tipos de vacinas HPV foram lançadas em 2006, com perspectiva de proteger contra, pelo menos, dois dos principais tipos de HPV (16 e 18), que eram responsáveis por mais de 70% dos casos câncer cervical. (Bigaard, J; Franceschi, S, 2020, p. 770). Atualmente, estão disponíveis, gratuitamente, a vacina tetravalente, no SUS, e a nonavalente, na rede privada.

A despeito dos resultados apresentados pelo Ministério da Saúde do Brasil acerca do desempenho alcançado com a mencionada estratégia vacinal, no contexto de busca pelo incremento e/ou reestabelecimento dos índices de cobertura de imunização, é importante destacar o papel que o acesso à informação íntegra desempenha. Se a desinformação contribui para a hesitação e a recusa acerca da imunização, a informação de qualidade, completa tem a aptidão de corroborar com o respeito e exercício do direito à saúde, o qual está consagrado na Constituição Federal do Brasil.

Assim sendo, impõe-se destacar as nuances do negacionismo científico, neste cenário. Ele ocorre quando, sem evidências, refuta-se as descobertas e as recomendações da ciência, sendo a hesitação vacinal uma das suas consequências. É indicada como origem da configuração deste fenômeno informacional como estratégia articulada a metade do século XX, quando a ciência descobriu a vinculação entre o ato de fumar e o câncer. Estabelecida esta verdade científica, a indústria do tabaco agiu para garantir a sobrevivência de seu negócio. Assim, grupos industriais de tabaco começaram a financiar cientistas para dizerem que não era totalmente certo que o fumo causava câncer e que todo debate acerca desta questão deveria contemplar os dois lados. Para o público leigo, estabeleceu-se a ideia de que existiam dois grupos de cientistas: aqueles que afirmavam existir a relação entre o fumo e o câncer e aqueles que diziam que não havia vínculo entre as duas coisas. A dúvida, portanto, foi disseminada para garantir a continuidade do negócio (Araújo, 2021).

Desta forma, além da disponibilização do imunizante de forma gratuita e universal, conforme ocorre, no Brasil, com o SUS, circunstância crucial para a prevenção de diversas doenças, é essencial a abordagem do elemento informativo para se alcançar bom desempenho nas estratégias relacionadas à vacina e à vacinação.

O uso das redes sociais digitais como fontes de informação as tornou ambiente de embate entre narrativas contra e a favor das vacinas,

o que implica a necessidade da presença de atores dos campos da ciência, da saúde e da comunicação pública no debate.

As redes sociais digitais também são ambientes de intenso trânsito de desinformação, porém devido ao alcance que apresentam e a rapidez com que os conteúdos nela são disseminados, é sinalizado para a sua utilização também como veículo de difusão de informação íntegra, podendo, por isto, ser utilizada para a promoção do direito à saúde, à divulgação e à educação científicas.

Elas se perfazem como dispositivos, por meio dos quais é efetivada a mediação pelo computador, (re)configuraram a comunicação e a forma como as pessoas buscam e obtêm informação e se relacionam. Utilizadas de forma intensa, conectando computadores e, sobretudo, pessoas, conforme salienta Recuero (2009, p. 30). No entanto, é importa registrar que o conceito de rede social não está circunscrito à alçada digital, tendo sido, em verdade, o termo utilizado pela primeira vez por Barnes, nos anos 50 do século passado, em estudo pioneiro acerca das interações individuais na construção de estruturas sociais na Noruega (Amaral, 2016, p. 111).

Estas redes são compreendidas “como sistemas de comunicação que interligam indivíduos com laços comuns e potenciam uma estrutura dinâmica de relações interpessoais, sem que todos os indivíduos estejam directamente ligados, mas antes participem da rede” (Amaral, 2016, p. 67). Elas têm dois componentes: os atores - pessoas, instituições ou grupos (os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços), que são, neste caso, mais fracos, frágeis e instáveis (Gabriel, 2019, p. 58), constituindo mais um traço da modernidade líquida (Bauman, 2001, p.71). Assim, a medida em que as redes sociais digitais tornam mais rápido o estabelecimento das relações entre as pessoas por não ser imprescindível a presença física, elas também tornam o vínculo mais tênue.

No que se refere ao Youtube, plataforma com mais de 1 bilhão de usuários, Garg, Ashvita, et al (2023) identificaram um aumento de 100%

no consumo dos vídeos sobre saúde na plataforma no período de 2017 a 2022, constatação que pode ser percebida como geradora de impacto positivo na conscientização/conhecimento sobre o vírus, a doença e a vacina. Este quadro evidencia-se mais promissor do que aquele apontado nos estudos realizados por Briones, R., Nan, X., Madden, K., & Waks, L. (2011), com 51,7% dos vídeos tendo tom negativo e apenas 32%, positivo.

A divulgação de engenhos audiovisuais, no YouTube, contendo informação íntegra acerca das doenças causadas pelo HPV, as formas de tratamento e, sobretudo, em ambiente de negacionismo científico, da vacina e da vacinação, pode ser percebido como medida de vinculação entre medicina e educação.

A despeito da relevância direcionada às narrativas trazidas por parentes, amigos e membros próximos da família como importantes fontes para obtenção de informações sobre a vacina, há a concepção social acerca da autoridade do discurso do médico, a qual legitima a adesão ou a refutação às recomendações médico-científicas (Hughes et al., 2019). Da mesma forma que as narrativa advindas dos profissionais médicos podem contribuir para a desinformação que respalda a queda dos índices de cobertura vacinal, também pode ser usada para, em sentido contrário, manter os indicadores relacionados a vacina e a vacinação em patamares elevados, conforme já ocorreu no Brasil.

Assim, a associação da legitimidade que o discurso médico tem na sociedade com o alcance e intenso uso das redes sociais digitais evidencia-se como medida que pode contribuir com o esclarecimento do público não especializado, fazendo-o aderir a esta forma de prevenção, ou seja, para a imunização.

É importante destacar, no caso específico da vacina contra HPV, a vinculação que ocorre entre a imunização e o início precoce da vida sexual. Este constitui outro enfoque que pode ser devidamente esclarecido pela classe médica, sendo essencial para desmistificar a referida relação que o imaginário social faz

entre os dois eventos (vacinação e início da vida sexual).

Ademais, sobreleva salientar a feminilização do discurso relacionado ao HPV. Ainda é premente, no contexto social, a vinculação deste vírus ao público feminino, ainda que a ciência já tenha revelado ser imprescindível que os homens sejam, igualmente, imunizados por serem vítimas de vários tipos de cânceres causados pela HPV – o de orofaringe, pênis, ânus e boca são alguns deles.

Assim sendo, vale registrar que a configuração de ecossistema informacional saudável, nas redes sociais digitais, capaz de alcançar a finalidade de promover o direito à saúde e educação científica perpassa a regulação da atuação nestes ambientes. A existência de parâmetros regulatórios dos discursos veiculados no meio virtual, longe de configurar censura pelo cerceamento da liberdade de expressão e pensamento, tem o propósito de direcionar os conteúdos que neles transitam para finalidades que visem o bem comum, como é o caso da promoção do direito à saúde pelo esclarecimento acerca das questões relativas ao HPV.

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, no que se refere aos objetivos, por delinear o discurso médico difundido, nas redes sociais digitais, acerca do HPV, das enfermidades que o envolve e as formas de prevenção, dentre as quais está a vacina. Este tipo de investigação tem a finalidade de medir e avaliar várias perspectivas, dimensões ou componentes do objeto investigado, que, no caso deste trabalho, são os discursos veiculados pelos médicos, nas redes sociais, acerca das doenças e vacinas relacionadas ao HPV.

No que atine ao campo científico, descrever significa medir, delinear as características que distinguem determinado objeto. Ou seja, em um estudo descritivo são selecionadas uma série de questões e cada uma delas é medida” (Sampieri et al, 1997, 71). Esta espécie de pesquisa visa proceder à classificação, explicação e interpretação de fatos da

realidade, que, neste caso, são as referenciadas narrativas.

A abordagem é quali-quantitativa, associando a análise guiada por números com aquela realizada a partir dos dados qualitativos. Assim, busca-se “neutralizar certos aspectos da subjetividade do pesquisador e algumas pré-respostas ao problema; e abrir espaço para emergência de uma ideia nova ao longo da atividade de pesquisa” (Carvalho et al, 2022 p. 746). A pretensão é, portanto, proporcionar precisão, mantendo-se as funções reflexivas e a criatividade na investigação.

No que se refere aos procedimentos, trata-se de pesquisa documental, uma vez que se partirá de material que não recebeu tratamento analítico e, ainda que já tenha sido objeto de apreciação, serão examinados a partir do vértice investigatório diferente, estipulado, de modo específico, para a pesquisa.

Para o tratamento e interpretação dos dados foi utilizada a análise de conteúdo (Bardin, 1977; Kientz, 1973) com a realização das seguintes etapas: a primeira fase - pré-análise; segunda fase - exploração do material ou codificação e terceira fase - tratamento dos resultados – inferência e interpretação.

Na primeira etapa, foram identificados os documentos a serem analisados. Definiu-se os vídeos que transitaram no YouTube, no período de 2020 a 2022. A escolha pelo Youtube ocorreu em virtude deste se constituir em um dos principais *locus* de divulgação de informações sobre ciência e saúde, principalmente sobre doenças, vacinas epidêmicas e HPV (Briones et al, 2014; Ekran et al, 2019).

Assim, o *corpus* foi coletado com a ferramenta Video List Module disponibilizada no acervo da YouTube Data Tools (Rieder, 2017). Usou-se como *strings* de busca “vacina” e “hvp”, com o descritor booleano “AND”. O recorte temporal foi estipulado nos três primeiros anos da pandemia de COVID-19 (2020, 2021 e 2022), período em que a difusão de discursos negacionistas acerca das vacinas e da vacinação em relação à diversas enfermidades intensificou-se, fazendo com que a cobertura vacinal reduzisse.

Obteve-se, de início, 1003 vídeos, analisando-se os 100 com maior número de visualizações e que continham narrativas protagonizadas por médicos. O estabelecimento destes critérios centra-se na pretensão de abarcar, na pesquisa, os engenhos audiovisuais com maior alcance entre os usuários da plataforma (YouTube), bem assim englobar os atores que, socialmente, têm relevância para o público não especializado. Os médicos, em virtude do conhecimento técnico que possuem, são reconhecidos, no contexto social, como legítimos interlocutores no que se refere aos temas relativos à saúde e enfermidades.

Definido o arcabouço documental a ser investigado, foram designadas as categoriais utilizadas para a realização da análise de conteúdo. Desta forma, tendo em vista os objetivos estipulados para este estudo, estabeleceu-se para a investigação as seguintes categorias: “Aspectos Sociais”, “Aspectos Científicos”, “Eficácia da Vacina”, “Faixa Etária”, “Gênero Abrangido” e “Doenças Associadas”. A definição destas categoriais para o estudo amparou-se na finalidade de, conforme preceitua a teoria relacionada à análise de conteúdo, contemplar a totalidade dos discursos encontrados, sem perder a busca por responder a pergunta de pesquisa: como os atores médicos abordam as questões relacionadas ao HPV (doenças causadas, eficácia da vacina, tratamentos etc.), nas redes sociais digitais?

Ao responder a referida questão pretende-se esboçar o panorama discursivo acerca da atuação dos médicos nas redes sociais digitais no que tange ao HPV e às nuances a ele relacionadas.

Desta forma, na categoria “Doenças Associadas”, foram incluídas as referências às enfermidades que o HPV pode causar, bem assim os sintomas a elas relacionados. A identificação da gravidade das doenças causadas pelo referido vírus constitui elemento passível de estimular a busca pela vacina e vacinação, incrementando a cobertura vacinal contra o HPV.

Por outro lado, naquela denominada “Aspectos Sociais” ficaram as alusões aos

determinantes sociais da saúde que influenciam os índices negativos relativos às doenças causadas pelo HPV, a vacina e a vacinação. Admite-se que os condicionantes sociais também têm relevância na adesão ou na recusa e/ou hesitação atinente às vacinas. A facilidade ou a dificuldade de acessar informações íntegra e/ou os serviços públicos e gratuitos de saúde pode corroborar para o incremento ou redução dos índices de doses de vacina aplicadas.

Na categoria “Aspectos científicos” inseriu-se as explicações relacionadas ao HPV e os métodos para diagnóstico e tratamentos. A forma como as nuances advindas da ciência acerca das vacinas, doenças e recomendações científicas, por meio da educação científica, pode contribuir ou prejudicar à adesão a tratamentos e/ou prevenções de enfermidades. Os esclarecimentos concernentes à estas questões são favoráveis ao desfalecimento dos negacionismos e a consequente promoção do direito à saúde.

Na categoria definida como “Eficácia da vacina” ficaram as narrativas que envolviam os imunizantes tetravalente e nonavalente, a disponibilização da vacina tetravalente no Sistema Único de Saúde (SUS) e a ratificação da sua eficácia para a prevenção do câncer. Estas narrativas também podem fortalecer o esclarecimento do público não especializado, respaldando, por isto, a decisão tangente à imunização, o que repercutirá na cobertura vacinal e, sobretudo, no futuro, na redução dos casos de câncer.

Em “Gênero Abrangido” colocou-se as menções ao público alvo das vacinas com a indicação dos meninos e das meninas dentre os destinatários do imunizante relativo ao HPV. Esta categoria visa identificar qual o perfil do discurso associado ao HPV, indicando se ele ainda é, marcadamente voltado ao público feminino ou se, em sentido contrário, já está impregnado da concepção de que este vírus atinge, igualmente, homens e mulheres, razão que referenda à prevenção pela vacina independente do gênero.

Por fim, naquela relacionada à “Faixa Etária” abrangeu-se os discursos relacionados às idades ideais para a vacinação contra HPV e

imunização antes do início da atividade sexual. Neste caso, pretende-se verificar como os atores médicos abordam a questão da idade recomendada para a imunização contra este vírus tendo em vista à possibilidade de correlação desta com o estímulo de início precoce da vida sexualmente ativa.

Após o delineamento dos parâmetros a serem utilizados na análise de conteúdo, partiu-se para o exame dos vídeos extraídos do Youtube, sendo indicadas as categorias encontradas em cada um deles. Vale ressaltar que em um mesmo engenho audiovisual foi possível identificar narrativas relativas a distintas categorias.

Além do exame dos vídeos a partir das apontadas categorias, buscou-se identificar as especialidades dos médicos que proferiram as narrativas, bem assim as características do canal do Youtube utilizado para isto. Esta definição buscou estabelecer o perfil dos médicos, o que possibilita a correlação deste com os discursos encontrados. Isto também contribui para responder a pergunta de pesquisa, bem assim ajuda a firmar o quadro informacional acerca da referida temática no Youtube.

A realização deste procedimento metodológico permitiu alcançar os índices numéricos de ocorrência das aludidas categorias, o que, em harmonia com o referencial teórico utilizado, conduziu ao delineamento das inferências acerca das características do discurso médico que transitou, no Youtube, nos anos de 2020, 2021 e 2022. Os resultados alcançados foram utilizados para elaboração de gráfico e tabela.

4 Resultados Parciais ou Finais

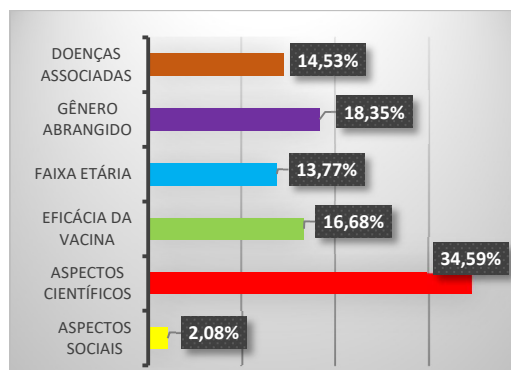
O resultado da análise dos vídeos destacados para este estudo está representado no Gráfico 1. Verifica-se que a categoria com maior ocorrência foi “Aspectos Científicos”, 35,59%, o que evidencia a utilização de abordagem com a utilização de termos próprio do campo científico. Apenas em casos pontuais, foi utilizada linguagem simplificada para explicar os termos relativos ao HPV. Há, portanto,

prevalência nos discursos investigados de elementos passíveis de serem melhor apreendidos por público que detenha maior conhecimento formal.

Por outro aspecto, foram encontradas abordagens que, sem perder a referência aos aspectos científicos, traziam linguagem mais acessível ao leigos, possibilitando a compreensão acerca das doenças causadas pelo HPV, os tratamentos médicos existentes e a prevenção por meio da vacina/vacinação. Nestes engenhos, foi possível identificar relação dos discursos médicos com a vertente da educação científica, a qual se revela essencial para o esclarecimento dos cidadãos a fim de que eles, devidamente informados, possam decidir vacinar seus filhos e/ou menores sob sua responsabilidade.

É importante ressaltar que a busca pelo esclarecimento acerca do HPV e da imunização a ele relacionada visa, pelo incremento da cobertura vacinal, a redução, no futuro, dos casos de câncer em homens e mulheres.

Gráfico 1 – Narrativas dos médicos sobre HPV no Youtube



Fonte: Elaborado pelos autores

A categoria “Doenças Associadas”, que ficou no patamar de 14,53%, aludia às enfermidades que podem ser causadas pelo vírus do HPV (câncer de colo de útero, pênis, ânus, boca, pescoço e vagina). Ela, conforme indicado anteriormente, contribuiu, ainda que de forma tênue, para deslocar o discurso do público feminino e abranger também os homens. A ratificação da gravidade das doenças causadas pelo mencionado vírus é

apontada como razão para que se proceda a vacina das crianças e adolescentes nas idades recomendadas pela ciência.

A “Faixa Etária”, encontrada em 13,77% dos vídeos, trouxe discursos relativos à idade ideal para se proceder a imunização dos indivíduos. Em apenas um vídeo identificou-se advertência de que vacinar as crianças e os adolescentes não significava estimulá-los ao início da vida sexual, mas em proporcionar maior possibilidade de eficácia a esta forma de proteção. Assim, ainda que se possa conceber que esta abordagem é importante, identificou-se a sua ausência na maior parte dos vídeos. Nesta categoria, também ficaram os engenhos, em que médicos ressaltavam que pessoas imunossuprimidas poderiam ser imunizadas com a vacina contra HPV, fator que poderia ser utilizado para ratificar a inexistência de correlação entre a referida imunização e o estímulo ao início precoce de práticas sexuais. Esta vertente discursiva poderia, é bom que se registre, ser utilizada em campanhas governamentais de esclarecimento e conscientização no que diz respeito ao HPV.

Nos vídeos em que se constatou a categoria “Eficácia da Vacina” encontrou-se narrativa relativas à existência do imunizante tratavalente, que é distribuído gratuitamente, no Brasil, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), fazendo parte do calendário vacinal do Programa Nacional de Imunização (PNI), e a nonavalente, disponibilizada apenas na rede privada. A existência de referência clara e objetiva ao aspecto científico evidencia nuance concernente à educação científica, a qual é crucial para afastar à adesão ao negacionismo e, em consequência, à redução da recusa e/ou hesitação vacinal.

A desinformação foi suscitada nos vídeos incluídos em “Eficácia da vacina”. Neles, sem utilizar a palavra “desinformação”, assinalava-se a existência de discursos que, apartados de qualquer respaldo médico-científico, vinculavam à imunização do HPV com o advento de câncer e doenças neurológicas. A ausência da alusão à expressões como desinformação, negacionismos, *fake news* e similares, desta forma, não impossibilitou a

devida abordagem de pontos que evidenciavam a pertinência e importância de se recorrer à imunização contra HPV.

Além disto, identificou-se médicos ratificando a utilização da vacina contra HPV em países como Suíça, Estados Unidos e Canadá. Esta referência à países considerados desenvolvidos, ainda que não tenha sido realizada com vinculação, nos discursos proferidos pelos médicos, podem ser percebidas como tentativa de dissuadir o público acerca da difusão de conteúdo desinformativo que indicava, na busca por negar a eficácia da vacina do HPV, que ela não era usada nas populações destes países.

No que atine à categoria “Gênero Abrangido”, que atingiu 18,35%, ainda que se perceba a referência à necessidade de prevenção dos indivíduos de ambos os sexos, há maior alusão às mulheres, o que demonstra a feminilização das narrativas tangentes ao HPV. Identificou-se a dominância maior referência ao câncer de colo de útero, ainda que ele esteja relacionado também aqueles que podem acometer, indistintamente, homens e mulheres, tais como ânus, garganta, pescoço entre outros. Isto harmoniza-se com o mapeamento das especialidades médicas encontradas.

Assim, constatou-se a existência, em determinados engenhos audiovisuais, de dissonância entre a abrangência de indivíduos de ambos os sexos no público passível de ser imunizado. Em outros termos, ainda que as pesquisas científicas já apontem o advento de câncer entre os homens em virtude da contaminação do HPV, o discurso mantém-se voltado, predominantemente, para o público feminino. A maior alusão, neste aspecto, ainda centra-se ao câncer de colo de útero.

Esta observação relativa a feminilização do discurso acerca do HPV se harmoniza com a diferença encontrada entre o percentual atingido pela especialidade ginecologista e aquele relacionado aos urologistas, especialidade mais voltada ao público masculino, o que evidencia que o discurso acerca do HPV ainda é mais direcionado ao público feminino. O índice de 65% de ginecologistas, que se mostra maior que todas as outras especialidades juntas, atesta a

inferência relacionada à orientação do discurso sobre HPV às mulheres.

Neste sentido, os resultados sinalizam para necessidade de que seja estimulada e efetivada abordagens que demonstrem que o HPV atinge, de forma igual, homens e mulheres, sendo necessário que este quadro seja dissuadido a fim de que a vacinação alcance o fim a que se propõe – reduzir os casos de câncer.

É válido, neste aspecto, lembrar que, 80% da população sexualmente ativa, incluindo homens e mulheres, já teve contato com o vírus do HPV em algum momento da vida (Cardial et, al; 2017). Isto, associado à finalidade de redução dos casos do câncer, reforça a necessidade de que o discurso acerca deste vírus desloque-se da vertente voltada apenas ao público feminino e abranja também os homens.

Em outro ângulo, verifica-se, no índices indicados na Tabela 1, a reduzida percentagem de participação dos médicos de família nos vídeos examinados. Sem afastar a necessidade de que a vertente relacionada aos determinantes sociais esteja presente nos enunciados proferidos por médicos de todas as especialidade, a reduzida ocorrência dos referidos médicos (2%) evidencia o distanciamento da inclusão deste viés no debate acerca do HPV.

Importa consigar que o citado índice apresenta sintonia com aquele alcançado pela categoria “Aspectos Sociais” representada no Gráfico 1 (2,08%). Isto revela a necessidade premente de que este enfoque seja contemplado nas abordagens da temática concernente ao HPV.

Tabela 1: Especialidades médicas no vídeos do Youtube

ESPECIALIDADE	%
Ginecologista	65%
Urologista	12%
Infectologista	5%
Oncologista	5%
Proctologista	3%
Dermatologista	2%
Cirurgião	2%

Endocrinologista	2%
Médico de família	2%
Cardiologista	1%
Pediatra	1%
Total	100%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Noutro lado, em relação aos meios usados pelos médicos encontrou-se: canal próprio – 93,14%, Canal dos outros – 4,90% e Matéria jornalística – 1,96%. Desta forma, é possível sinalizar que os discursos médicos acerca do HPV eram realizados, majoritariamente, nos canais dos próprios profissionais. Esta constatação evidencia a utilização das redes sociais digitais pelos médicos para alcançar o público, sendo eles usados também com meio de propagação de sua atuação com a finalidade de angariar pacientes.

No “Canal dos outros” encontrou-se engenhos audiovisuais em que havia, predominância, de participação de especialistas da medicina em canais de outros profissionais médicos.

Vale destacar que o percentual de matérias jornalísticas (1,96%) foi encontrado em vídeos em que havia, em verdade, a publicação, no Youtube, de reportagem veiculada em telejornais. Nestes vídeos, ainda, que houvesse a participação de médicos, a veiculação ocorreu em eventos produzidos por jornalistas.

Oportuno advertir que, nos engenhos estudados, não se identificou vídeos disponibilizados por órgãos governamentais em virtude de campanhas de conscientização da população acerca do HPV. A disponibilização do imunizante, de forma universal e gratuita, é essencial para a promoção do direito à saúde, porém, da mesma forma, é imprescindível a adoção de medidas informacionais que busquem, por intermédio do meio mais utilizado na atualidade – redes sociais digitais, esclarecer os cidadãos, guiando-lhes para a imunização dos menores que estão sob a sua responsabilidade. Em outros termos, sem afastar a alta relevância dos serviços disponibilizados, gratuitamente, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), é imprescindível que os

órgãos governamentais que o constituem atuem também, no mundo virtual, na perspectiva informacional.

5 Considerações Parciais ou Finais

A forma como as pessoas acessam informações, na sociedade contemporânea, passou por grande transformação. Se antes a TV e o Rádio eram os principais veículos de obtenção de informação, com o advento da Internet, as redes sociais digitais passaram a figurar como fonte de informação.

O alcance e rapidez da disseminação de conteúdos, nestes ambientes, trazem facilidades que ratificam, em um contexto social em que a celeridade e liquidez passaram a ditar os comportamentos, a adoção das redes sociais digitais para a apontada finalidade.

Assim, se os espaços virtuais passaram a ser palco de intenso trânsito de desinformação e discurso de ódio, eles também podem ser utilizados para propagação de informação íntegra, confiável que visa esclarecer o cidadão acerca de aspectos relacionados as decisões que são instados a tomar em relação à diversas vertentes, dentre as quais está aquela relacionada à saúde.

Neste sentido, as abordagens efetivadas, nos mencionados ambientes digitais, têm o potencial de estimular ou desmotivar a adesão à vacina e vacinação. Em outros termos, as narrativas que trafegam, nas redes sociais digitais, podem respaldar ou afastar a recusa e a hesitação vacinal.

As categorias “Aspectos científicos” (34,59%), “Eficácia da Vacina” (16,68%), “Faixa Etária” (13,77%), “Gênero Abrangido” (18,35%) e “Doenças Associadas” (14,53%) trouxeram abordagens que podem ser percebidas como aptas a dissuadir os discursos desinformativos. Eles, sem qualquer indicação à expressões como negacionismo, desinformação, *fake news*, reportavam enfoques que, ao educar em termos científicos, podem distanciar o cidadão da recusa e hesitação vacinal.

A redução dos índices relacionados à cobertura vacinal, que no passado recente,

estava em patamares elevados, evidencia como o negacionismo e o acesso a outras formas de desinformação podem gerar e/ou incrementar problemas sérios de saúde pública.

Neste contexto, a pesquisa voltada às narrativas relacionadas ao HPV nas redes sociais é pertinente e oportuna. A partir dos resultados obtidos pode-se identificar os pontos fortes na promoção do direito à saúde e aqueles que necessitam ser implementados e/ou desenvolvidos, conforme é o caso da maior atuação dos órgãos governamentais na abordagem da referida temática.

Assim, o diferencial desta investigação está em assinalar, a partir do delineamento do escopo das narrativas acerca do HPV e da vacina a ele relacionada que transitavam no Youtube, a importância de se adotar estratégias informacionais nestes ambientes com a finalidade de, ao aumentar a adesão ao imunizante contra este vírus, reduzir-se, no futuro, os casos de câncer.

Vale destacar a relevância dos discursos proferidos pelos médicos, profissionais da área de saúde que, devido à legitimidade conferida pela sociedade, podem atrair maior aderência para a vacinação contra HPV. É importante lembrar que a imunização contra HPV, por ser recomendada para idades anteriores ao início da vida sexual, tem vinculação ao estímulo à prática do sexo. Ademais, a feminilização da abordagem relacionado ao HPV e à vacina a ela vinculada foi indicada pelos dados encontrados na investigação, quer seja no que alude a análise do conteúdo dos vídeos quanto na identificação das especialidades dos atores médicos que os proferiam, uma vez que 65% deles eram ginecologista – profissional que trata da saúde do público feminino.

A necessidade de maior debate das nuances relacionadas ao tema a partir do viés social também foi constatada. Ainda há carência da inclusão dos determinantes sociais na discussão acerca do HPV. Além disto, há prevalência da alusão aos aspectos científicos nos vídeos analisados, o que, por um lado, pode ser considerado pertinente para a promoção da educação científica, quando

realizado em linguagem fácil e acessível, mas também pode prejudicar o esclarecimento acerca dos enfoques do HPV, uma vez pode dificultar a compreensão pelo público leigo. Noutro lado, a interlocução médica acerca do HPV ocorre, predominantemente, em canais dos próprios médicos, quer sejam individuais ou coletivos. Neles estes profissionais, além de esclarecer questões relacionadas ao HPV, reafirmam a necessidade de exames preventivos e a eficácia dos tratamentos disponibilizados pela medicina e da vacina. Ademais, em muitos deles, além do caráter informativo, os médicos disponibilizam canais de comunicação para que as pessoas possam dirimir suas dúvidas, bem assim realizar consultas e exames. Isto denota uma nova forma de abordagem dos médicos em relação aos pacientes ou possíveis pacientes.

A pesquisa presta-se a mostrar como as redes sociais digitais podem servir para a propagação de informação íntegra acerca de tema de alta relevância social. Assim, sem afastar a pertinente preocupação de autoridades nacionais e internacionais com a disseminação de desinformação e discurso de ódio nestes meios, elas também podem ser utilizadas nas estratégias de promoção do direito à saúde. Dito de outra forma, se estes espaços podem ser, devido aos atributos que ostentam – notadamente celeridade e abrangência – usados para difundir conteúdos que obstaculizam a efetivação do referido direito, elas também podem ser usadas para, ao promover à educação científica, promovê-los.

6.1 Referências

- Amaral, I.. (2016). Redes Sociais: sociabilidades emergentes. Covilhã: Editora Labcom.lfp.
- Araújo, C. A. A. (2021/08). Infodemia, desinformação, pós-verdade: o desafio de conceituar os fenômenos envolvidos com os novos regimes de informação. *IRIE: Internacional Review of Information Ethic*. Vol. 30. Disponível: <https://informationethics.ca/index.php/irie/article/view/405/418>. Acesso: 17 de maio de 2025.
- Bardin, L.. (1977). *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.
- Bauman, Z.. (2021). *Modernidade Líquida*. O tempo e o espaço da sociedade da informação no Brasil Rio de Janeiro: Zahar.
- Brasil, Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 17 jun. 2025.
- Briones, R., N., X., Madden, K., & Waks, L. (2011). Quando as vacinas se tornam virais: uma análise da cobertura da vacina contra o HPV no YouTube. *Health Communication*, 27 (5), 478–485. Disponível: < <https://doi.org/10.1080/10410236.2011.610258>>.
- Cardial, M. F. T.; Roteli-Martins, C. M.; Naud, P.; Fridman, F. Z.. *Papilomavírus humano (HPV)*. . In: Programa vacinal para mulheres. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia; 2017. Cap. 4, p. 26-39. (Série Orientações e Recomendações Febrasgo; nº 13/ Comissão Nacional Especializada de Vacinas)
- Carvalho, C. de O.; Ferreira, G. M.; Moura, C. V. M. de. *Mediatização e enunciação jornalística: reflexões epistemometodológicas sobre a articulação entre abordagens quantitativa e qualitativa (AC e AD)*. Comunicação & Informação, Goiânia, Goiás, v. 25, p. 741–762, 2022. DOI: 10.5216/ci.v25.67488. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/67488>. Acesso em: 19 jul. 2025.
- Costa, B. S. R.; Guimarães, C.; Morais, C. R. De; Caixeta, C. R.; Cunha, E. P. Da; Caetano, G. M. G.; Pessoa, R. G.; Machado, N. O. Q.. Uma revisão vacina contra HPV e seus desafios.

Brazilian Journal of health Review, 2022. DOI:10.34119/bjhrv5n2-212

Dubé, Eve; Laberge, C.; Guay, M., Bramadat, R. R.; Bettiger, J.. (Augsut 2013) A. Vaccine hesitancy. Human Vaccines & Immunotherapeutics 9:8, 1773;. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.4161/hv.24657?needAccess=true>.

Gabriel, M.. (2018). Você, Eu e os Robôs: pequeno manual do mundo digital. São Paulo: Atlas.

Ministério da Saúde do Brasil. Brasil avança na vacinação de crianças e adolescentes com 1 milhão de doses aplicadas nas escolas. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/julho/brasil-avanca-na-vacinacao-de-criancas-e-adolescentes-com-1-milhao-de-doses-aplicadas-nas-escolas>. Acesso em: 17 jul. 2025.

Moura, L. de L., CODEÇO, C. T., & Luz, P. M.. (2021). Cobertura da vacina papilomavírus humano (HPV) no Brasil: heterogeneidade espacial e entre coortes etárias. Revista Brasileira de Epidemiologia, 24, e210001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720210001>.

Organização das Nações Unidas (ONU). Integridade da Informação nas Plataformas Digitais. Informe de Política Para A Nossa Agenda Comum, Distrito Federal, p. 1-27, out. 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/202310/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf. Acesso em: 02 maio 2025.

Recuero, R.. (2009). Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

Sampieri, C. R. H.; Collado, C. F.; Lucio, P. B.. (1997). Metodología dela investigación. Ciudad de México: McGraw - Hill Internamericana de México.

Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (SUS). Queda da cobertura vacinal contra HPV representa risco de aumento de

casos de cânceres evitáveis no Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/vacinacao-e-a-medida-mais-eficaz-para-prevenir-a-infeccao-em-criancas-adolescentes-e-pessoas-com-baixa-imunidade>. Acesso em: 17 jun. 2025.

Ventola Lee. Social media and health care professionals: benefits, risks, and best practices. National Library of Medicine. London. v. 39, nº 7, July 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4103576/>.